

## **A educação patrimonial no meio educacional - Projeto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - Educar para Proteger**

Profª Me. Maria Christina de Lima Félix Santos  
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul  
[mclfs@yahoo.com.br](mailto:mclfs@yahoo.com.br)

O patrimônio cultural confronta-se com as questões relacionadas à identidade, a memória, a coletividade e a herança: material ou imaterial. Portanto, com base nesse conceito destaca-se a importância de repassar pedagogicamente, conceitos de preservação, por intermédio de projetos de educação patrimonial. A educação patrimonial visa à preservação dos marcos e manifestações culturais, compartilhando responsabilidades e gerando a permanência de bens culturais. A educação patrimonial deve ser considerada ainda uma prática de desenvolvimento local, sendo compreendida como um conjunto organizado de procedimentos e ações que tem como principal objetivo a valorização dos indivíduos, das comunidades e de toda a sua produção cultural, fazendo com que o cidadão seja o agente de seu desenvolvimento, o maior responsável pela conservação de seu legado cultural.

Na ótica de Rangel (2012), deve-se sensibilizar a sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo.

A educação patrimonial é um processo educativo e sistemático centrado no patrimônio cultural. Apesar de já existirem ações protetivas na área de educação patrimonial no Brasil, nas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana-MG, desde 1940, ressalta-se que em 1983, foi introduzido como método educacional pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, a partir dos conceitos de “*Heritage Education*”. A expressão não é nova, todavia ainda pouco conhecida e, tampouco, praticada. A proposta de Educação Patrimonial foi discutida no primeiro seminário no Museu Imperial do Rio de Janeiro, em Petrópolis, com inspiração no trabalho pedagógico de *heritage education*. A origem dessa expressão é inglesa (*heritage education*) e pode ser traduzida, conforme a museóloga Horta (1999, p. 6): “[...] um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido”. Até então a noção de patrimônio com a qual se trabalhava no âmbito educativo era a do patrimônio material, que desde a criação do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1930, estava em trânsito a preservação dos chamados patrimônios de pedra e cal erguidos na forma das grandes obras arquitetônicas que no Brasil representavam os poderes (da Igreja Católica, dos senhores de engenho ou das fazendas de café, além das Casas de Câmara e da Moeda, por exemplo).

Surge então a ênfase voltada ao patrimônio imaterial, com uma nova noção de patrimônio partindo dos objetos, tais como: utensílios, vestígios materiais que retratam as formas de como as pessoas se socializavam e viviam. Horta realizou inúmeras ações educativas no Museu Imperial, em Petrópolis - RJ, e as experiências culturais desenvolvidas no espaço do Museu Imperial reforçaram as ações de preservação cultural, e logo se expandiram por todo o país por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O princípio básico da educação patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, sua compreensão via processo contínuo de descobertas. Dessa maneira um conceito de Educação Patrimonial muito utilizado pelo IPHAN (1999) assinala que: “[...] é um processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

A Educação Patrimonial é muito propagada como um instrumento para a preservação do patrimônio cultural, considerando que por meio de conhecimento e integração com a cultura local o indivíduo amplia sua visão de mundo. As experiências realizadas em Mato Grosso do Sul demonstraram a viabilidade de se difundir e desenvolver atividades educativas com alunos de qualquer faixa etária.

Conforme preconiza o IPHAN (1999), um dos objetivos do trabalho educativo cultural é o reforço à autoestima dos indivíduos e comunidades, que é visível no sentimento de pertença local, ou seja, na identidade do povo do lugar.

Segundo Da Matta (1991), a identidade do povo brasileiro reflete-se na maneira pela qual os indivíduos se interrelacionam. Portanto, os diversos fluxos migratórios acrescentam marcas de culturas distintas que juntas construíram a identidade sul-mato-grossense.

A Educação Patrimonial oportuniza aos educandos experiências culturais, que contribuem na identificação cultural da sociedade, permitindo aos alunos e também aos professores a experimentação e vivência de ações de educação patrimonial, que favorecem o reconhecimento do passado, a compreensão do presente e geram ações sobre tal patrimônio.

Outro projeto de vanguarda em questão de Educação Patrimonial é o “conhecer para preservar, preservar para conhecer” - lema propagado pelo IPHAN de Goiás, que implantou um projeto sistemático de educação patrimonial, na cidade de Goiás (1990), local em que múltiplas ações de preservação foram desenvolvidas.

Em se tratando de projetos inovadores, com base na premissa de Rodrigo de Mello Franco (1969), só se ama aquilo que se conhece; assim, a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, implantou em 2009 o Projeto “Educar para Proteger”, em cinco municípios do Estado, contemplando diversas atividades pedagógicas, aliando educação e cultura, demonstrando que há muitos caminhos para o trabalho de educação patrimonial.

Fundamentando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 que estabelece que a parte diversificada dos currículos seja pautada nas características regionais e locais e da mesma forma nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se oferecer possibilidades de se enfatizar as questões patrimoniais por intermédio de temas transversais - Pluralidade Cultural (BRASIL, 1988).

Uma experiência de sucesso no que concerne a educação patrimonial em MS é o projeto Educar para Proteger, que consiste num projeto educativo-cultural sistematizado por meio de oficinas pedagógicas de educação patrimonial, que visam formar multiplicadores de propostas educativas que tenham o patrimônio histórico-cultural como foco de trabalho<sup>1</sup>.

O projeto é desenvolvido por meio de oficinas que instigam os professores participantes a perceberem seu meio cultural, despertando o sentimento de pertença, ou seja, a apropriação e divulgação dos bens e valores que fazem parte de sua realidade cultural. Este projeto insere os municípios de Campo Grande, Terenos, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda, englobando também os distritos de Taunay e Palmeiras. Atuando em escolas públicas e privadas, desenvolve-se nos níveis fundamental e médio e também como experiência de vanguarda na educação infantil. Conta ainda com a parceria e assessoramento do IPHAN, Superintendência Regional de MS, e dos órgãos estatais Fundação de Turismo de MS - FUNDTUR, Fundação de Ensino, Ciência e Tecnologia - FUNDECT de MS, bem como das prefeituras locais.

---

<sup>1</sup> O projeto Educar para Proteger - na rota do Trem do Pantanal é coordenado pela professora Maria Christina de Lima Félix Santos, via Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, iniciado em 2009 e que continua em desenvolvimento.

A proposta de 2009 para o projeto Educar para Proteger - na rota do Trem do Pantanal foi a de se repassar os fundamentos teóricos da educação patrimonial, por meio de aulas práticas a respeito de preservação, facilitando, assim, a inserção no processo ensino-aprendizagem desse novo conceito, sensibilizando os alunos para os assuntos referentes ao patrimônio histórico local e nacional, formando atitudes responsáveis frente aos valores simbólicos, que modelam a cultura de Mato Grosso do Sul. O foco do projeto foi a história da ferrovia, via Trem do Pantanal, que transitou até meados de 1996 e retornou em maio de 2009, com uma roupagem turística, resultando na publicação de material didático, compreendendo um livro e um DVD (Viagem no Trem do Pantanal).

O tema trabalhado em 2010 foi Educar para Proteger - Culinária de MS, que enfocou a pesquisa das influências culturais na formação da população do Estado e o reflexo dessa pluralidade cultural na construção dos hábitos alimentares, enfatizando os traços culturais dos países fronteiriços: Paraguai e Bolívia.

Em 2011, ressaltou-se a arte literária e a paisagem cultural dos municípios envolvidos, com o tema Educar para Proteger - Olhares sobre MS: imagens e palavras, aliando práticas culturais às ações de educação, reforçando a identidade local e o sentimento de pertença local. Promoveu, também uma percepção mais aguçada, crítica e carinhosa sobre a própria história do bairro, da cidade, podendo ser um bem material ou imaterial, um imóvel, um monumento, uma história ou até uma lembrança.

Em 2012 o enfoque do projeto Educar para Proteger foi o Geopark Bodoquena - Pantanal, paisagem cultural do Estado de MS, que teve o reconhecimento garantido por Decreto Estadual n. 12.897, de 22 de dezembro de 2009 e está em processo de certificação para obter a chancela da UNESCO e tornar-se membro da GGN - *Global Geoparks Networks*, rede global de Geoparks. Por ser o Geopark Bodoquena -Pantanal, local de excepcionalidades geológico-paleontológicas, ligada ao desenvolvimento local, uma vez que evidencia a cultura, a economia, a ciência e o turismo local/regional, considerando primordial o respeito de que o indivíduo é sempre o principal agente de seu desenvolvimento. Salientando ainda que os indivíduos têm o direito de ter acesso à sua própria cultura, à sua história, à memória coletiva e social.

No aporte de Chauí (1992, p. 39):

[...] ao definirmos a política cultural como Cidadania Cultural e a cultura como direito, estamos operando com os dois sentidos da cultura: como um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e à fruição das obras de pensamento e das obras de arte.

Por intermédio do patrimônio cultural local, múltiplas e diferentes áreas curriculares podem ser integradas e colaborar para ações de preservação da memória local; seja no tocante ao individual ou coletivo.

Em consonância com Chauí (1992 *apud* FRATINI, 2009, p. 1):

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e ao acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade - não somente por alguns - e, para a aquisição e uso de conceitos e habilidades em situações reais, que conservem a transmissão de sua cultura a gerações posteriores.

A história oral como mecanismo de preservação e expansão da história contemporânea é uma grande aliada da educação patrimonial, possibilitando interações positivas e interferências metodológicas no aspecto da história.

O projeto Educar para Proteger representa um avanço no sentido de valorizar o conhecimento, como instrumento de preservação.

A ênfase à cultura local apresenta-se com um caminho possível para a construção de um currículo comprometido com a transformação social.

O incentivo da Fundação de Cultura de MS - FCMS ao propagar ações de educação patrimonial, aproveitar o ensejo de que a LDB 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, abrem espaços para o patrimônio cultural, verificando que há espaços normativos para que a escola vivencie experiências, que despertem nos alunos o interesse pelo conhecimento e preservação de seus bens culturais.

No artigo 216, da Constituição Federal Brasileira (1988) destaca-se que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de

referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem:

I- As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nessa prática educativa os ministrantes não só repassam os fundamentos teóricos da educação patrimonial, como também realizam aulas práticas com os professores à respeito de preservação, facilitando, assim, a inserção no processo ensino-aprendizagem da conscientização dos assuntos referentes ao nosso patrimônio histórico-cultural e de uma nova atitude frente aos valores simbólicos de MS.

O projeto Educar para Proteger conduz os alunos a uma reflexão sobre o nosso patrimônio gerando co-responsabilidade com a memória, e assim reforçam a identidade cultural, resgatando a afetividade do indivíduo para com o patrimônio cultural, com atividades lúdicas e de estímulo à memória afetiva, seja no âmbito coletivo ou individual.

A preservação do patrimônio é possível, por meio de atividades desenvolvidas pelos municípios integrantes do projeto, em que as comunidades envolvidas sentem que a preservação do bem cultural é dever coletivo, sendo a comunidade a maior defensora de seu patrimônio.

Magalhães (1979 *apud* CAMPOS, 2005, p. 159) afirma que a comunidade é parte essencial num processo de Educação Patrimonial e que a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. Só se preserva aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece”.

Já no aporte de Horta (1999) a educação patrimonial é promotora do desenvolvimento de uma visão crítica sobre o patrimônio cultural.

Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações em todos os aspectos da vida diária, esses indivíduos tendem a modificar suas atitudes em relação aos bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima e de cidadania (HORTA, 1999, p. 9).

O sentimento de pertença, ressaltado pela identidade local, proporciona à população a procura, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade.

Associados aos mecanismos de preservação legais como o tombamento, o inventário, o cadastramento, o registro e toda a legislação existente, seja na esfera federal, estadual ou municipal, a educação patrimonial é com certeza um caminho eficaz para a preservação.

Já a respeito de um Projeto Político Pedagógico, a escola deve considerar a cultura como meio essencial, sendo educação e cultura práticas interdependentes e complementares. É importante propor aos professores diferentes possibilidades de atividades curriculares, para compor um projeto de educação patrimonial, oferecendo a possibilidade de o professor adaptar esse tema transversal ao seu conteúdo programático. A educação patrimonial vista como tema transversal, tem caráter interdisciplinar, assim programas e projetos educativos podem contemplar ações concretas.

A metodologia aplicada no projeto é instituída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da qual fazem parte os aspectos de:

- a) Observação - observação dos bens patrimoniais - observar, interpretar e partilhar o que está vendo, através de jogos de memória, quebra-cabeça e outros.
- b) Registro - registro verbal, gráfico, artístico daquilo que for mais significativo.
- c) Pesquisar - pesquisa em livros, revistas jornais para promover discussão com o grupo.
- d) Apropriação - é o momento que grupo tem para se expressar, de maneira informal ou mais conveniente, suas impressões sobre o assunto.

Baseando-se nesta metodologia a FCMS trabalha a proposta com os professores e coordenadores, por meio de aulas expositivas, troca de informações, debates, práticas de contação de histórias e confecção de brinquedos com material reciclável, proporcionando a associação da cultura, da educação e de preservação.

O projeto Educar para Proteger - na rota do Trem do Pantanal, tem como proposta ser uma atividade de livre adesão e de possibilidade de realização de um trabalho interdisciplinar. O objeto de conhecimento desse projeto é o patrimônio cultural local e o envolvimento de toda a comunidade escolar garante a corresponsabilidade e o alcance dos objetivos do projeto.

No aporte de Horta (1999, p. 6):

Conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

O referido projeto de educação patrimonial parte da observação e valorização do entorno em que a escola está inserida, envolvendo a cultura local, seus personagens, suas histórias, indo do processo interdisciplinar ao fortalecimento da proposta transdisciplinar.

De acordo com Funari (2008, p. 11), a educação patrimonial “constitui um campo de ação, por definição, inter e transdisciplinar. Insere-se nas preocupações pedagógicas e não pode ser dissociadas das discussões sobre o sentido mesmo do ensino”.

Acreditando na interdisciplinaridade da educação patrimonial as propostas em foco evidenciam a participação de docentes de diferentes disciplinas e exemplificam a possibilidade de um trabalho consistente de educação patrimonial que perpassa por diferentes modos de saber, e que venha a instrumentalizar os alunos para reconhecer, compreender e valorizar seu patrimônio.

No aporte de Horta (1999, p. 9):

A educação patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta de identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, a partir de suas experiências e de seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos bens tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania.

Analisando o projeto de educação patrimonial em sua totalidade pode-se concluir que por ser um projeto de livre adesão, a participação da escola é intensa e existe o envolvimento de diferentes segmentos da comunidade escolar, como os pais, funcionários administrativos e até ex-alunos.

A educação patrimonial é um instrumento essencial no que concerne a preservação da cultura de um povo, pois oportuniza as gerações vindouras conhecer a sua história, enfatizar sua identidade por intermédio da interação com as heranças pluriculturais da cultura local.

De acordo com Soares (2003, p. 38):

A educação patrimonial consiste numa possibilidade concreta de realização de um trabalho educativo, que promova o desenvolvimento crítico do conhecimento e a valorização da importância do patrimônio cultural pelas comunidades.

Dessa forma, o comprometimento de todos nas atividades de encerramento do projeto nas escolas foi grande, tendo a participação da comunidade escolar em geral. Américo Calheiros - Presidente da Fundação de Cultura de MS, afirma que “só se valoriza aquilo que se conhece, só se defende aquilo que tem representativa importância perante a consciência individual ou coletiva”.

O projeto Educar para Proteger - na rota do Trem do Pantanal oportuniza o conhecimento da cultura local e a divulgação da mesma, e também a (re)apropriação da cidade aos moradores, renovando em cada cidadão o espírito e o orgulho pelo lugar.

Na visão de Horta (1999) a educação patrimonial está associada ao desenvolvimento local, pois reconhece o homem como protagonista de seu próprio desenvolvimento, pensando sempre globalmente, porém agindo no seu espaço vivido.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA, 1999, p. 5).

A educação patrimonial pode e precisa ser desenvolvida em diferentes espaços da sociedade, não se restringindo somente às ações planejadas e desenvolvidas nas escolas.

São também espaços propícios para ao desenvolvimento de ações educativas em: arquivos, museus, associações, clubes, organizações não-governamentais e, até em igrejas, considerando a amplitude de bens culturais que estão sob a égide do patrimônio religioso.

A educação patrimonial reforça a cidadania contribuindo para a formação de cidadãos ativos e que colaborem na construção e transmissão da cultura local.

## Referências

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais – pluralidade cultural**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996, Seção I, p. 27833-27841.

CAMPOS, Gizely Cesconetto de. Educação, cultura e patrimônio. In: FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de (Org.). **Maracajá: pré-história e arqueologia**. Tubarão-SC: Unisul, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

DA MATA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Revista histórica eletrônica**, n. 34, janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. IPHAN/MINC. Museu Imperial, 1999.

RANGEL, Carlos Henrique. **O papel da educação patrimonial**. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_asp?id=362](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_asp?id=362)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SOARES, André Luis Ramos. **Educação patrimonial - relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.